

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

Aos 19 dias do mês de março de 2014, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 523/XII/3.^a (PSD/CDS-PP) - 1.^a alteração à Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva Lei;
Relatora - Deputada Isabel Alves Moreira (PS)**
- 3 Discussão e votação na especialidade da proposta de lei n.º 200/XII/3.^a (GOV) – Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio;**
- 4 Fixação de redações finais nos termos do artigo 156.º do RAR, dos seguintes textos:
[continuação] "Procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho" [proposta de lei n.º 187/XII/3.^a (GOV)];
"Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da EUROJUST e que altera a Decisão n.º 2002/187/JAI relativa à criação da EUROJUST a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade" [proposta de lei n.º 185/XII/3.^a (GOV)];
"Primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários" [Proposta de Lei n.º 188/XII/3.^a (GOV)];

- 5 Admissão e distribuição de Petições;
- 6 Apreciação e votação dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para audição dos "Diretores de Informação das estações televisivas da RTP, SIC e TVI" e do PS para audição dos "Operadores de Televisão com transmissão em sinal aberto e a Associação Portuguesa de Imprensa", no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas que visam a revisão da legislação eleitoral;
- 7 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição da Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (CCP) «a respeito dos temas e incidências» que motivaram a manifestação do dia 6 de março de 2014, frente à Assembleia da República;
- 8 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para audição do Conselho Superior da Magistratura para apresentar as conclusões do inquérito, logo após a sua conclusão, referente aos factos que levaram à prescrição do processo contraordenacional que visou ex-dirigentes do BCP;
- 9 Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses sobre recentes "notícias relativas à prescrição de processos contraordenacionais que visaram ex-dirigentes do Banco Comercial Português";
- 10 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 11 Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Projeto de lei n.º 528/XII/3.ª (PSD e CDS-PP)	Alteração à Lei dos Baldios (altera a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro, com redação da Lei n.º 89/97, de 30 de junho, que estabelece a lei dos baldios, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, e efetua a nona alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de fevereiro.)	Deputado António Gameiro (PS) Baixou à 11.ª Comissão – CAOTPL, com conexão com as 1.ª e 5.ª Comissões

No segundo ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer sobre o [projeto de lei n.º 523/XII/3.ª \(PSD/CDS-PP\)](#) – 1ª alteração à Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro, que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva Lei, que foi apresentado pela Senhora Deputada Ana Catarina Mendes (PS), em substituição da Relatora, Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS). Após a intervenção do Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD), o parecer foi submetido a votação e aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da [proposta de lei n.º 200/XII/3.ª \(GOV\)](#) - Regula a base de dados e os dados pessoais registados objeto de tratamento informático no âmbito do regime de exercício da atividade de segurança privada aprovado pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 28 de fevereiro de 2014, após aprovação na generalidade.

Os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP apresentaram, em conjunto, propostas de alteração em 14 de março de 2014 e o Grupo Parlamentar do PS apresentou propostas de alteração em 17 de março de 2014.

Encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, e da votação resultou o seguinte:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

❖ **Artigo 1.º** (*Objeto e âmbito*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 2.º** (*Qualidade dos dados*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 3.º** (*Recolha de dados*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 4.º** (*Dados pessoais*)

N.º 1

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

N.º 2

Corpo

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

Alíneas a), b) e c)

Na redação das Propostas de Alteração do PS – rejeitadas com votos contra do PSD e do CDS/PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

Alíneas d), e) e f)

Na redação das Propostas de Alteração do PS, na parte em que elimina o segmento “número de identificação fiscal” – rejeitadas com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS, do PCP e do BE

Na redação das Propostas de Alteração do PS, na parte em que elimina a expressão “nacionalidade” – aprovadas por unanimidade

Na redação da PPL n.º 200/XII – prejudicadas

Alíneas g), h) e i)

Na redação das Propostas de Alteração do PS – rejeitadas com votos contra do PSD e do CDS/PP e a favor do PS, do PCP e do BE

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

N.º 3

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

N.º 4

Na redação das Propostas de Alteração do PS - aprovado por unanimidade

Na redação da PPL n.º 200/XII – prejudicado

❖ **Artigo 5.º** (*Processos de licenciamento, controlo e verificação de requisitos*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

❖ **Artigo 6.º** (*Processos de registo prévio, controlo e verificação de requisitos*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 7.º** (*Processos de licenciamento, controlo e verificação de requisitos de profissões regulamentadas*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 8.º** (*Verificação de informação*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 9.º** (*Comunicação de dados*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 10.º** (*Acesso direto à informação*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 11.º** (*Informação para fins de investigação ou estatística*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 12.º** (*Direito à informação e acesso aos dados*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – **aprovado** por unanimidade

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

❖ **Artigo 13.º** (*Correção de eventuais inexatidões*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 14.º** (*Conservação dos dados pessoais*)

Na redação das Propostas de Alteração do PSD e CDS/PP – aprovado por unanimidade

Na redação das Propostas de Alteração do PS - prejudicado

Na redação da PPL n.º 200/XII – prejudicado

❖ **Artigo 15.º** (*Segurança da informação*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 16.º** (*Sigilo profissional*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado por unanimidade

❖ **Artigo 17.º** (*Norma revogatória*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

❖ **Artigo 18.º** (*Entrada em vigor*)

Na redação da PPL n.º 200/XII – aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE

No quarto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que «procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da EUROJUST e que altera a Decisão n.º 2002/187/JAI relativa à criação da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

EUROJUST a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade» [[proposta de lei n.º 185/XII/3.^a \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 33/DAPLEN/2014, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

Foi também fixada a redação final do texto da «Primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários» [[proposta de lei n.º 188/XII/3.^a \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 31/DAPLEN/2014, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.

A fixação da redação final do texto que «procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho» - [[proposta de lei n.º 187/XII/3.^a \(GOV\)](#)], foi adiada para o final da ordem de trabalhos.

No quinto ponto da ordem do dia, a Comissão deliberou indeferir liminarmente as petições n.ºs 342, 343 e 344/XII/3.^a — que tinham como primeiros subscritores Fernando Manuel Silva, Rui Humberto Oliveira e Silva e Garcia Diogo Justino, respetivamente, todas solicitando à Assembleia da República a aprovação de uma lei de amnistia —, com fundamento no facto de já terem sido admitidas e apreciadas pela Comissão petições sobre a mesma matéria (artigo 12.º, alínea c), do RJEDP), devendo, no entanto, ser dado conhecimento da presente petição aos grupos parlamentares, como bem recordou o Senhor Deputado António Filipe (PCP).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação dos requerimentos, apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP para a audição dos "Diretores de Informação das estações televisivas da RTP, SIC e TVI" e do PS para a audição dos "Operadores de Televisão com transmissão em sinal aberto e a Associação Portuguesa de Imprensa", no âmbito da apreciação das iniciativas legislativas que visam a revisão da legislação eleitoral.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) usou da palavra para solicitar o adiamento da apreciação do requerimento apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP para a reunião, seguinte da Comissão, uma vez que as iniciativas em causa, ao contrário do que era expectável, não tinham sido objeto de votação em reunião plenária, posição que mereceu a concordância das Senhoras e dos Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE), que acrescentaram que este processo envolvia alterações muito relevantes, não pacíficas e que careciam de uma reflexão conjunta e de um esforço de consensualização. Já o Senhor Deputado José Magalhães (PS) defendeu a urgência da realização de tais audições e que o respetivo adiamento as tornaria inúteis. No final, submetido a votação, o adiamento da apreciação do requerimento apresentado pelo PSD e pelo CDS-PP foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, do PCP e do BE e votos contra do PS. Em resultado da votação anterior, ficou prejudicado o requerimento apresentado pelo PS sobre a mesma matéria.

Seguiu-se a apreciação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para, por um lado, solicitar à Senhora Presidente da Assembleia da República — através do Senhor Presidente da Comissão — informação sobre o teor da reunião que teve com os dirigentes profissionais que foram recebidos no passado dia 6 de março e, por outro, requerer a audição da Comissão Coordenadora Permanente dos Sindicatos e Associações dos Profissionais das Forças e Serviços de Segurança (CCP) «a respeito dos temas e incidências» que motivaram a manifestação do dia 6 de março de 2014, frente à Assembleia da República, tendo o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) usado da palavra para o fundamentar. No debate, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Hugo Velosa (PSD), Cecília

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

Honório (BE) e António Filipe (PCP), tendo este último sugerido que fosse retirado o primeiro ponto do requerimento e apenas votado o segundo ponto, relativo à audição da CCP, sugestão que foi aceite pelo Grupo Parlamentar do PS. No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. A Comissão deliberou, ainda, criar um grupo de Deputados, constituído pelos Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Marcos Perestrello (PS), Telmo Correia (CDS-PP), António Filipe (PCP) e Cecília Honório (BE), com o objetivo de realizar a referida audição, uma vez que se tratava de uma comissão constituída *ad hoc* e sem personalidade jurídica.

No sétimo ponto da ordem do dia, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS para a audição do Conselho Superior da Magistratura (CSM) com o objetivo de apresentar as conclusões do inquérito, logo após a sua conclusão, referente aos factos que levaram à prescrição do processo contraordenacional que visou ex-dirigentes do BCP, tendo o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) proposto que, ao contrário do que era referido no requerimento, se deixasse ao CSM o critério de avaliar o momento adequado para o fazer e, ainda, que, uma vez que a COFAP aprovara, também naquela manhã, as audições da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e do Banco de Portugal sobre a mesma matéria, esses trabalhos fossem realizados em conjunto pelas duas Comissões, propostas que foram aceites pelos demais grupos parlamentares presentes. Após as intervenções dos Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Hugo Velosa (PSD) e António Filipe (PCP), o requerimento foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No oitavo ponto da ordem do dia, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para a audição da Associação Sindical dos Juizes Portugueses sobre recentes «notícias relativas à prescrição de processos contraordenacionais que visaram ex-dirigentes do Banco Comercial Português». Após um breve debate, em que intervieram a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), que defendeu a necessidade de ouvir a associação dos juizes no âmbito de uma reflexão em torno de uma eventual alteração do quadro legal, e os Senhores Deputados Telmo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

Correia (CDS-PP), Jorge Lacão (PS) e Hugo Velosa (PSD), que se pronunciaram em sentido contrário por não se tratar de matéria sindical e por tal audição abrir um precedente complicado, o requerimento foi rejeitado, com votos contra do PSD, do PS e do CDS-PP e votos a favor do PCP e do BE.

Em seguida, no âmbito da apreciação, na generalidade, da [proposta de lei n.º 211/XII/3.^a \(GOV\)](#) – Modifica o valor dos descontos a efetuar para os subsistemas de proteção social no âmbito dos cuidados de saúde, concretamente da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE), dos Serviços de Assistência na Doença (SAD) e da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública solicitou a emissão de parecer da 1.^a Comissão, no âmbito das competências que lhes estão adstritas, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS).

Procedeu-se, então, à fixação da redação final do texto que «procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho» - [[proposta de lei n.º 187/XII/3.^a \(GOV\)](#)], tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 31/DAPLEN/20143, com as exceções e as alterações assinaladas na informação.

Por último, no ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) questionou para quando a apreciação do pedido de audiência da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), tendo o Senhor Presidente esclarecido que esse assunto constaria da ordem de trabalhos da reunião seguinte.

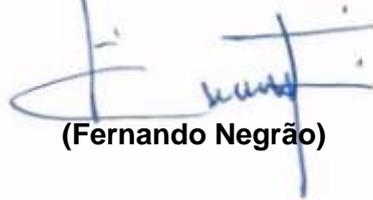
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 41/XII/3.^a SL

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 19 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 41/XII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Jorge Lacão
José Magalhães
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Abreu Amorim
Marcos Perestrello
Maria de Belém Roseira
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Maria Paula Cardoso